



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12520 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT06 - Educação Popular

A RÁDIOEDUCAÇÃO E O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB) COMO PROJETO NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO

Carlos Eduardo Queiroz Pessoa - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**A RÁDIOEDUCAÇÃO E O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB)
COMO PROJETO NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO**

INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva compreender o Movimento de Educação de Base (MEB) no contexto do surgimento das Escolas Radiofônicas no Brasil. Tendo como perspectiva teórica e metodológica o materialismo histórico-dialético (KOSIK, 1976), pretende-se, através de uma revisão da literatura, refletir criticamente acerca da concepção epistemológica do processo do sentido da experiência social no âmbito da alfabetização de jovens e adultos, que almejava integrar as classes populares ao sistema econômico, por meio de um novo pacto político e revolução social. A necessidade de revisitar, historicamente, a educação, enquanto área fundamental ao projeto de desenvolvimento nacional na década de 60, surgiu como proposta de pesquisa de Doutorado em Educação, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação da UFRN em Natal, ao realizar, para a elaboração do projeto, uma ampla revisão teórica acerca do tema nos bancos de dados: Revista eletrônicas relacionadas à Educação, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e livros especializados na área de Educação.

No Brasil, o MEB se consolidou como projeto de educação à promoção sociocultural, com mais efervescência, entre de 1961 e 1966, período turbulento politicamente. O caráter oficial do MEB foi assegurado por convênio instituído com Governo Federal e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A perspectiva pedagógica era pautada pela conscientização-politização de adolescentes e adultos como proposta de ensino voltada à construção de uma revolução sociocultural. Para tanto, a hierarquia eclesial deveria assegurar mais acesso ao conhecimento de caráter fundamental em busca de construir as possibilidades

históricas de promover um ensino comprometido com a alfabetização no campo, superando os dilemas do subdesenvolvimento à luz da compreensão dos problemas políticos, econômicos e sociais da nação. O rádio se projetou como uma alternativa inovadora para a implantação de um amplo programa de educação comprometido com a transformação social, por meio da instalação de mais de quinze mil escolas radiofônicas, implementadas nas regiões consideradas pobres, sobretudo Norte, Nordeste e Centro-oeste.

Por essa razão, a Igreja Católica brasileira passou a articular um novo projeto de evangelização em sintonia com as diretrizes teológicas do Concílio Vaticano II. Para enfrentar os desafios do mundo moderno, a renovação da atuação pastoral deveria se adequar à complexidade da sociedade multicultural, utilizando-se do conhecimento científico como fundamento para melhor se compreender a sociedade globalizada, a fim de salvaguardar o poder eclesiológico do mundo cada vez mais urbano-industrial. O acesso à educação pelo rádio se consolidava como uma ação evangelizadora estrategicamente importante para a difusão do conhecimento e a mobilização social. Mas também eficiente ao combate de dominação ideológica do contexto de crise estabelecido pelo capitalismo e socialismo, pós segunda guerra mundial. Portanto, a Igreja Católica se comprometia com o desenvolvimento econômico e transformações estruturais do país, porque consentia a modernização da sociedade brasileira de modo a garantir mais justiça social e promover a paz, conforme as diretrizes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para a superação do subdesenvolvimento da América Latina.

Por isso, torna-se importante compreender como se tornou possível alfabetizar Jovens e Adultos, no sertão pernambucano, considerando o domínio nacional da hierarquia da elite eclesial sob as equipes das Escolas Radiofônicas?

Reconhecido como uma ampla experiência de mobilização social em defesa da educação popular com a utilização do rádio no Brasil, (LAGO,1969; MOREIRA,1991; PRADO PIMENTEL,1999), o MEB foi considerado também como estratégia populista do governo com a finalidade de fortalecer e aumentar a sua base eleitoral, enfraquecendo o poder político das oligarquias rurais; ao mesmo tempo em que diminuiria os encargos do Estado com a educação (FERRARI,1968; WANDERLEY,1984; DE KADT,2007; FÁVERO, 2006), resistindo ao golpe civil-militar de 64, mas com graves consequências por sua atuação pedagógica de conscientização política.

RÁDIO ESCOLA E ALFABETIZAÇÃO

As experiências de radiodifusão educativa, capitaneadas por Dom Eugênio Sales, bispo auxiliar do Rio Grande do Norte (RN), forjaram uma das iniciativas relevantes ao processo de alfabetização de adultos no Nordeste brasileiro. A ação evangelizadora de formação catequética, inicialmente, empreendida no âmbito do assistencialismo social da Igreja Católica potiguar, com comunidades rurais, a partir de 1958, ajudou a consolidar a criação de um projeto nacional de rede escolar radiofônica.

As regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste estavam contempladas com a implantação de programas nacionais de educação, conforme as diretrizes da UNESCO, a fim de erradicar o analfabetismo. O escopo de desenvolvimento estava integrado à proposta de elevação do nível de escolarização da população para promover o progresso econômico e técnico-científico. O MEB foi viabilizado por meio de uma proposta elaborada por D. José Vicente Távora, à época Arcebispo de Aracaju (SE), representante da CNBB. Pactuado durante a campanha presidencial de Jânio Quadros, depois de eleito instituído pelo Decreto de nº 50.370 de 21 de março de 1961 (WANDERLEY, 1984).

Os primeiros cinco anos de funcionamento (1961-1965) do projeto nacional de educação radiofônica, vislumbrou elevar o padrão de vida, saúde e cultural dos trabalhadores rurais, através da garantia de direitos fundamentais relacionados à promoção da dignidade humana, com mais cidadania e direito de participar dos benefícios da cultura. Por outro lado, combater o avanço de movimentos políticos de esquerda relacionados ao pretense perigo do comunismo, atribuído ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Ação Católica (AC), as Ligas Camponesas, mobilizados em torno do programa de Reformas de Base (FÁVERO, 2001).

O financiamento do MEB pelo Governo Federal obtinha respaldo político por possibilitar amplo acesso à educação do povo mais vulnerável socialmente porque a Constituição vigente proibia o voto dos analfabetos. Em razão disso, a Igreja Católica era beneficiada com a expansão de novas concessões de emissoras de rádio. Além de ampliar seu poder de formação pastoral, previamente, com onze sistemas radioeducativos, que integravam 2.687 escolas responsáveis pela alfabetização de 38.734 alunos, distribuídos por um grande número de regiões, estados e municípios do interior do Brasil.

A tentativa de reconciliação da Igreja Católica, com a complexidade do mundo moderno, sustentava-se pelas orientações pastorais de compromisso em restaurar a interpretação da sociedade contemporânea à luz dos desafios da evangelização ecumênica, considerando o pluralismo cultural, de acordo com as reformas preconizadas pelo Concílio Vaticano II, sob o papado de João XXIII, em 1961. A partir da publicação das encíclicas *Pacem in Terris e Mater et Magistra*, a CNBB passou a reconhecer a necessidade de integrar a agricultura ao ritmo do desenvolvimento, promovendo a justiça e a paz no meio rural no país, cada vez mais urbano-industrial.

A multiplicação da penetração da Juventude Agrária Católica (JAC's) no meio rural foi decisiva ao incentivo à incorporação de valores estratégicos do cooperativismo, do associativismo e sindicalismo. A ação pastoral católica procurava evangelizar a classe trabalhadora das regiões rurais e os operários da sociedade em vias de industrialização e, ao mesmo tempo, pela alfabetização consolidava uma pedagogia dirigida à cidadania. A visão social do MEB caracterizava o Brasil como subdesenvolvido, potencialmente dividido entre o Sul, em processo de desenvolvimento; e o Norte-nordeste atrasado, demarcando, territorialmente, a intervenção institucional integrada ao plano nacional-desenvolvimentista.

A urgência em superar os problemas do isolamento, miséria social e pobreza previa a consolidação de valores morais relacionados à nobreza do trabalho, à subordinação do indivíduo ao bem comum e à ação solidária, consistindo em contribuir com as transformações da sociedade dentro da ordem social, sem rupturas institucionais. Discutia-se a necessidade de revisões e amplas reformas estruturais no âmbito da reforma agrária, reforma da empresa, reforma tributária, reforma administrativa, eleitoral e educacional.

EDUCAÇÃO COMO PROPOSTA DE TRANSFORMAÇÃO

O substrato pedagógico do MEB considerava a comunidade rural desintegrada do mundo globalizado. O MEB, contraditoriamente, ao caracterizar o mundo rural como subalterno, revestido de formas rudimentares de sobrevivência comunitária, reconhecia a importância das manifestações populares, atribuindo funções de caráter revolucionário à arte, à cultura e à educação popular. Em contraponto ao iminente perigo do capitalismo desumano e ao comunismo ateu, o pensamento católico procurava superar a crise de alienação a partir de uma educação para a formação da consciência histórica transformadora, defendida pelos escritos de Padre Almeri Bezerra de Melo e Padre de Lima Vaz, introjetada pela ação pastoral baseada no método “ver, julgar e agir”, postulado pelo sacerdote belga Joseph Cardijn (FÁVERO, 2001).

A intervenção dos educadores consistia no permanente diálogo entre a cultura, pretensamente, universal e as culturas consideradas tradicionais. Pressupunha-se criar as condições para instauração de um novo paradigma cultural, centrado na emancipação humana, livre da dominação hegemônica do autoritarismo das elites. Na busca de substituir a política de favor do mandonismo e clientelismo local por um contexto de reprodução social comunitária cooperacionista, próprio das concepções racionalistas modernizadoras do populismo católico (WELFFORT, 1989).

Como unidade planejada de uma ampla rede nacional, a instalação ou fase de radiação da Escola Radiofônica era sempre precedida de um prévio estudo de área, dependendo do relacionamento político com o poder estadual e municipal, que envolvia dioceses, paróquias, prefeituras e lideranças políticas. Assim, através de diversos convênios com o poder executivo, inúmeros professores(as) municipais e estaduais passaram a compor o quadro de monitores(as) nas escolas radiofônicas. A função de monitoria era fundamental na gestão escolar ao estabelecer a mediação entre a comunidade, os alunos e as equipes locais de supervisão. O sucesso de radiação dependia da capacidade de cada monitor(a) consolidar o projeto pedagógico, organizar a execução das demandas de ensino, planejar o horário de transmissão dos programas, coordenar as matrículas, controlar a frequência escolar, aplicar as avaliações, apresentar relatórios mensais, além de principalmente exercer as funções de liderança comunitária (KADT, 2007).

O uso de cartas se tornou um dos meios de comunicação mais utilizados, durante o processo de formação radiofônica. O montante de correspondências enviadas por monitores e

alunos totalizam 4000 cartas dos anos de 1961 a 1964. O rádio como especial meio de socialização de informações da vida rural possibilitou o estabelecimento de uma comunidade de escritores, leitores e ouvintes em torno do intercâmbio epistolar (PETRUCCI, 2003). A consolidação dessas redes de escreventes e ouvintes incentivou a organização dos camponeses, como estratégia de produção de conhecimento e formação social, fruto da dinâmica de funcionamento das escolas radiofônicas, transformando-as espaços singulares de aprendizagem e produção da cultura escrita.

Em 1963, o MEB consolidou sua rede nacional de educação com o número máximo de 7.353 escolas radiofônicas. Com abrangência territorial em 14 estados brasileiros no início de 1964: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Rondônia. Em 1961 contava com 11 sistemas, ampliados para 59 em 1963 e reduzidos para 55 em 1964 e para 51 no ano seguinte. Os programas eram transmitidos por 25 emissoras de modo que em cinco anos o número de alunos concluintes foi de aproximadamente 380 mil (WANDERLEY, 1984).

Com presença expressiva no Nordeste até 1966, o MEB atingia 92% dos municípios do Sergipe e 80% dos Pernambucanos, com nove Sistemas Radiofônicos localizados no Recife, Afogados da Ingazeira, Nazaré da Mata, Itacuruba, Caruaru, Garanhuns, Pesqueira, Palmares e Petrolina. Tendo a cultura como substrato pedagógico de formação política, a Rádio Pajeú de Educação Popular, situada em Afogados da Ingazeira, contribuiu no sertão pernambucano, juntamente com as emissoras do Ceará e do Rio Grande do Norte, entre 1961 e 1965, com a formação de 234.409 (duzentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e nove) alunos do total de 383.538 (trezentos e oitenta e três mil, quinhentos e trinta e oito) concluintes da educação básica no país (WANDERLEY, 1984).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização como proposta de conscientização forjou as bases de uma pedagogia transformadora, pois buscou consolidar a organização social do povo através de uma transformação cultural. Este projeto de ensino preocupado com a responsabilidade cidadã se tornou relevante ao Nordeste brasileiro porque se projetou como uma ampla mobilização popular em busca de superar o analfabetismo, rompendo com os limites de um ensino meramente religioso de cunho catequético da Igreja Católica.

O protagonismo histórico dos professores e monitores, mesmo vinculados à autoridade eclesial, forjou a conscientização política em torno de problemas sociais relacionados o povo. Uma tentativa de articulação política fundamental para buscar superar os desafios do analfabetismo, sobretudo das comunidades rurais, que integrou as demandas sociais como proposta de uma pedagogia emancipatória, visando conscientizar o povo para superar qualquer condição de opressão política, econômica e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DE KADT, E. **Católicos radicais no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2007.
- FÁVERO, O. **Cultura popular, educação popular**: memória dos anos 60. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LAGO, B. **Rádiodifusão e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Livraria Cultural da Guanabara, 1969.
- MOREIRA, S.V. **O rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.
- PETRUCCI, A. **La ciencia de la escritura**: primera lección de paleografía. Buenos Aires, AR: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- PRADO PIMENTEL, F. **O rádio educativo no Brasil**: uma visão histórica. Rio de Janeiro: Soarmec Editora, 1999.
- WANDERLEY, L.E.W. **Educar para transformar**: educação popular, igreja católica e política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis: Vozes, 1984.